

The background of the page features a large, vibrant Venezuelan flag (blue, white, and red with three white stars) in the upper left corner. Below the flag, a grayscale photograph shows a dense crowd of people, likely at an airport or public gathering, with some individuals wearing hats. In the background of the crowd, there are signs with text such as 'CIRCUNVALACION', 'AEROPUESTO', and 'FISCALIA'.

VENEZUELA

Crise e ~~Direitos Humanos~~

As eleições na Venezuela, controladas pelo regime autoritário de Caracas, como previsível, reelegeram Nicolas Maduro como presidente de um país cada vez mais isolado e mergulhado em terrível crise política, econômica e social. Muitos dos principais líderes opositoristas estão presos e a oposição boicotou a eleição. O governo estimulou o voto dos eleitores com recompensa financeira e acesso a programas de bem-estar social. A participação de observadores internacionais independentes foi negada. Um militar que apoiou Hugo Chaves, Henri Falcon, estava, até a véspera, liderando com folga as pesquisas de opinião e contestou o resultado. Tudo indica que houve uma monumental fraude.

O crescente isolamento do governo bolivariano agrava a crise econômica, com a falta de alimentos e de medicamentos, com a queda do crescimento (menos 15%) e com a espiral inflacionária (13.000%) e com ameaça de default na dívida externa (mais de US\$160 bilhões). Mais de 1.5 milhão de pessoas saíram do país e se refugiaram nos países vizinhos.

As incertezas aumentaram em 2018. Do ângulo externo, os EUA mostram uma política mais assertiva, com o aumento significativamente das sanções contra membros do governo de Caracas envolvidos em abusos em direitos humanos, ações antidemocráticas, tráfico de drogas e corrupção (bancos europeus revelaram que a cúpula chavista desviou mais de US\$2,3 bi entre 1999-2013). Washington impediu o acesso da Venezuela a empréstimos de instituições financeiras americanas, dificultando as operações inclusive de importações. Pedindo urgência aos países da região, a crise venezuelana foi o tema central da visita recente de Tillerson à América Latina.

Trump e Tillerson, contudo, passaram do limite ao ameaçar invadir o país para mudar o regime e ao estimular um golpe militar para resolver a questão da democracia. Notícias não confirmadas alertam para a possibilidade de a Venezuela tentar anexar pela força o território de Essequibo, na Guiana.

Do ponto de vista interno, o apoio das forças armadas, agentes de segurança e pelas milícias populares armadas, supervisionadas pelos assessores cubanos foi reforçado pela declaração sobre eventual invasão externa e estímulo ao golpe militar. A ação política do partido oficial, com o apoio da Assembleia Nacional Constituinte, se beneficiou com o enfraquecimento e divisão dos partidos de oposição. Nesse cenário, o poder político está preservado em um regime autoritário de partido único com forte repressão interna a qualquer movimento de contestação.


A Human Rights Watch e o Foro Penal divulgaram em novembro passado relatório em que documenta 88 casos que afetaram mais de 300 pessoas, vítimas de graves violações de direitos humanos entre abril e setembro de 2017. As conclusões do informe coincidem amplamente com o do Alto Comissariado da ONU sobre direitos humanos que em agosto havia relatado a existência de uma política destinada a reprimir o dissenso político e infundir temor na população a fim de frear as manifestações contrárias ao regime. Foi denunciado o uso generalizado e sistemático da força excessiva e detenções arbitrárias, com torturas e outros atos de violência brutal contra pessoas que se encontravam sob custódia e controle das forças de segurança.

Será importante manter a pressão regional e multilateral sobre o governo venezuelano para assegurar que cessem as detenções arbitrárias, não sejam mantidas as penas para presos que foram encarcerados por motivos políticos e que os responsáveis pela violações de direitos humanos sejam punidos, como ocorreu com a Corte de Haia, que abriu processo contra Maduro.

A Organização dos Estados Americanos invocou a Carta Democrática interamericana e pela primeira vez 19 dos 35 membros manifestaram profunda preocupação pela alteração inconstitucional da ordem democrática na Venezuela. O MERCOSUL aplicou a Cláusula Democrática prevista no Tratado de Assunção e condenou os abusos aos direitos humanos no país. O Panamá,

junto com a União Europeia, a Suíça e os EUA já impuseram sanções. 15 países da América Latina, Canadá, EUA e União Europeia e o Grupo de Lima anunciaram que não reconhecem o resultado eleitoral. O Grupo de Lima – coalisão integrada pelo Brasil e 10 governos latino-americanos e Canadá, que segue de perto a situação na Venezuela reafirmou que eleições que não atendem a condições normais de transparência carecem de legitimidade e credibilidade e que aplicará medidas restritivas econômicas e financeiras para acelerar a restauração da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito. O Peru não convidou Maduro para a Cúpula das Américas realizada em abril em Lima. Até Lopes Obrador, o candidato da esquerda no México, se distancia do regime bolivariano.

Do ponto de vista do Brasil, interessa o restabelecimento da democracia, do crescimento econômico e da estabilidade na Venezuela. As questões humanitárias relacionadas com o crescente número de refugiados em território brasileiro e de segurança com o contrabando de armas e de drogas na fronteira venezuelana devem merecer alta prioridade para o governo brasileiro. Apesar das tensas relações bilaterais – os embaixadores foram considerados persona non grata e sucessivos casos de brasileiros presos na Venezuela, o Brasil, pelo seu peso na região, poderá ajudar no encaminhamento de uma solução para o problema político no país vizinho.

O aumento do preço do petróleo poderá dar um alívio momentâneo ao governo que, com grave crise cambial, vem deixando de pagar seus compromissos, inclusive com o Brasil. É difícil vislumbrar uma saída para a crise na Venezuela. Por isso, torna-se urgente começar – se é que já não começou – a conversar uma saída para o período posterior a eleição presidencial de 20 de maio. 

Rubens Barbosa, é presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior

